

# Entre campos e máquinas: histórias e memórias de trabalhadores da Usina Cinco Rios – Maracangalha, Bahia (1912-1950)

Between fields and machines: stories and memories of workers at the Cinco Rios Power Plant - Maracangalha, Bahia (1912-1950)

Idalina M. A. Freitas\*; Tatiana Florentino Santana\*\*

## Resumo

O objetivo central deste artigo é compreender as trajetórias de ex-trabalhadores e trabalhadoras da Usina Cinco Rios, situada no pequeno distrito de Maracangalha, Bahia. A usina inaugurada em 1912, foi uma importante unidade fabril açucareira no recôncavo baiano, se firma no contexto de mudanças significativas nas relações de trabalho, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, muito influenciadas pela abolição da escravidão. Para tanto, nossas fontes são constituídas a partir de depoimentos orais de antigos funcionários da usina, dentre outros registros escritos referentes a Usina Cinco Rios, como fontes memorialísticas e periódicos veiculados na imprensa local. Nesse sentido, o presente texto se fundamenta a partir do cruzamento de tais fontes, bem como utiliza os aportes teórico-metodológicos da História Social do Trabalho.

Palavras-chave: Maracangalha; trabalho; memória

## Abstract

The main objective of this article is to understand the trajectories of former workers of the Five Rivers Plant, located in the small district of Maracangalha, Bahia. The plant, inaugurated in 1912, was an important sugar factory unit in the recôncavo of Bahia. It was established in the context of significant changes in labor relations between the end of the 19th century and the first decade of the 20th century, greatly influenced by the abolition of slavery. To this end, our sources are constituted from oral testimonies of former employees of the plant, among other written records referring to the Five Rivers Plant, as memorial sources and periodicals published in the local press. In this sense, the present text is based on the crossing of such sources, as well as using the theoretical-methodological contributions of the Social History of Labor.

Keywords: Maracangalha; work; memory

\* Professora do Curso de História e do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB.

\*\* UNILAB, Campus dos Malês

## Introdução

A chuva choveu,  
O capim já nasceu  
E no meio da fartura  
Janêro morreu!...

Quem tivé seu boi  
Qui prenda no mourão,  
Eu não planto roça, ê  
Para boi ladrão.<sup>1</sup>

Geograficamente São Francisco do Conde está localizada no Recôncavo da Bahia. No período da colonização essa área era ocupada por grupos indígenas, tais como caetés, aratus, carijós negros e potiguaras. De acordo com Pedreira (1976, p 09-19.), essa área foi doada a Fernão Rodrigues Castello Branco pelo Governador Geral do Brasil, Mem de Sá. Eram terras que estavam incorporadas a Sesmaria. Mem de Sá, em 1563, construiu neste território o “Engenho Real de Sergipe”, um dos maiores do Recôncavo e que possuía numerosos escravos para os serviços da lavoura da cana-de açúcar. Dentre as cinco vilas criadas pela Coroa, estava a Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, que era constituída por doze freguesias, no decorrer dos anos a maioria delas foi desmembrada dos seus domínios, por meio de emancipação, reduzindo sua extensão territorial e permanecendo apenas três: São Gonçalo do Amarante (Sede), Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora do Socorro.

Conforme Alencar (2013, p. 73), São Francisco do Conde foi a terceira vila estabelecida no Recôncavo Baiano, a vila estava entre umas das regiões centrais de produção de açúcar e cachaça no período colonial. Segundo Barickman (1998, p. 185), as regiões mais importantes para a fabricação de açúcar na região Nordeste eram Bahia e Pernambuco, eram províncias que se sobressaiam na plantação e na produção açucareira. Entre 1796 e 1807 a Bahia contribuiu com quase 40% de todas as exportações brasileiras de açúcar para o mercado externo, nesse escopo estava a Vila de São Francisco. Toda essa produção tinha como principal suporte o sistema escravista. No entanto, o Recôncavo não cultivava só cana de açúcar devido à variedade de solo existente na região, tal variedade permitiu cultivos de vários produtos alimentícios como, mandioca, feijão, milho, fumo, além de outros gêneros de subsistência que contribuíam para o sustento ou abastecimento de Salvador e os pequenos centros urbanos da região. Esse fato,

---

<sup>1</sup> Versos de um antigo samba de roda cantado pelos moradores da Usina Cinco Rios, registrado por Valdevino Neves Paiva ex-trabalhador da usina na década de 1950.

também propiciou a formação de pequenos grupos de subsistência por meio de comunidades negras rurais constituídas ao longo de muito tempo.

Na segunda metade do século XIX para o início do século XX o Brasil estava passando por transformações sociais e econômicas, o capital do país era em boa parcela oriundo da agroindústria açucareira que se beneficiava da mão de obra escravizada e livre, principalmente em São Francisco do Conde onde havia uma quantidade significativas de engenhos, tais alterações reestruturaram as dinâmicas de poder na vila:

Me parece que gozão dos ultimos proprietários o Coronel José Joaquim de Teive e Argollo e tenente coronel e vereador Constâncio de Queiroz, aliás reconhecidos pelo seo excelente espirito de caridade, e eu mesmo em sete de maio, aniversário natalicio de um dos meus filhos assim procedi em relação à **346 indivíduos, sendo 203 escravos e 143 ingenuos**, ainda existem nas três propriedades do engenho denominado Cassaragongo, Maracangalha e Mataripe, onde já habitam considerável número de antigos moradores e libertos anteriormente do meu casal. Portanto, ao ponto da libertação que se propôs a Lei sancionada em 13 de Maio, posso dizer à V. Exa. com segurança que neste município a ninguém tomou de surpresa a sua promulgação, que nem os proprietários se illudirão com suposição de prazo nem os sujeitos aguardarão a solução legislativa; tudo já se anarchisou antes de tempo e tudo continua na maior confusão!<sup>2</sup>

O trecho acima é parte de um telegrama acerca da lei de 13 de maio de 1888, enviado à câmara da vila de São Francisco do Conde, para as mãos do Barão Muniz de Aragão, presidente da câmara à época. O telegrama enviado pelo Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sobre a referida lei, repercutiu entre os vereadores, senhores de engenho e donos de propriedades da região. Contudo, as principais considerações são feitas pelo barão, quando afirma não ser surpresa a promulgação da emancipação na vila, e não podendo mais conter a liberdade outorgada pela lei, ressalta que já moravam em sua propriedade considerável número de libertos.

Frente a esses episódios, muitos senhores de engenhos foram obrigados a vender suas terras para quitar dívidas, outros se mudaram definitivamente para outra região, como salienta. Walter Fraga (2006, p.155), os libertos tinham uma relação forte com a terra, dentre outros aspectos, eles ligavam a noção de liberdade com direito de condições de acesso à terra, ou seja, ter acesso as roças de subsistências. Dentre todos os desfechos ocorridos nos antigos engenhos após a abolição, os trabalhadores continuaram incluindo em seus projetos de liberdade a conservação e permanência em espaços que ao longo dos anos formaram comunidades negras rurais. No entanto, esses grupos já criavam seus significados de liberdade desde muito tempo, por meio de diferentes possibilidades de inserção social, reelaboração de suas identidades em

---

<sup>2</sup> Paço da Câmara Municipal da Villa de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, 19 de Maio de 1888. APEB. Grifo nosso.

territórios de circulação, como “moradores”, “roceiros”, “lavradores” num horizonte de expectativas muito aquém do que realmente deveria ser uma cidadania plena nas primeiras décadas da República.

São Sebastião do Passé foi um distrito da então Vila de São Francisco do Conde, subordinado a esse município até meados de 1926, a separação se deu segundo Valdevino Neves Paiva (1996, p. 02), por divergências entre grupos políticos. Antes da divisão, São Sebastião do Passé pertencia a vila, logo, a usina analisada fazia parte do território de São Francisco.

A Usina Cinco Rios foi fundada em 06 de novembro de 1912, resultado da junção de antigos engenhos, como o Maracangalha<sup>3</sup> já mencionado. Era toda movida a vapor e energia elétrica, possuía diversas propriedades agrícolas que forneciam a cana de açúcar, direcionadas para as moendas e caldeiras, chegando enfim à cristalização do açúcar. O processamento da cana dentro da usina era em grande parte feito via maquinário elétrico, manualmente a maior demanda era no corte da cana nos campos de suas propriedades. Seis anos após sua criação, em 1918, o periódico *Bahia Illustrada (BA)*, deixava evidente que o desenvolvimento da lavoura açucareira na Villa São Francisco, vinha rendendo elogios no mercado exportador, o açúcar era de boa qualidade e agradava o paladar dos consumidores. Em 1918, a usina tinha uma capacidade para moer 400 toneladas de canas diárias, sua produção em 1917, atingiu 31.770 sacos de açúcar de 60 quilos e 1.440 pipas de 800 litros de mel<sup>4</sup>.

A companhia Usina Cinco Rios foi uma das mais bem equipadas usinas baianas, para ampliar o aumento da produção de açúcar, álcool potável e combustível, a usina comprava terras nas mãos de terceiros, expandindo suas propriedades agrícolas, além de investirem nesses produtos essenciais para a empresa, os usineiros empregavam um espaço da área agrícola para a plantações de cereais e criação de gado. Para o deslocamento da cana e de funcionários a usina contava com o auxílio de três locomotivas aperfeiçoadas pela rapidez e regularidade. Foi criada para o escoamento do produto 8km de linha férrea e uma pequena estação própria. Também havia um espaço denominado barracão, local que abrigava os trabalhadores temporários e servia como “oficina” para manutenção dos transportes utilizados pela usina.

Ao longo do seu funcionamento, a Usina Cinco Rios contou com laboratório químico de controle de qualidade, oficina mecânica, serraria, carpintaria, fundição e outros serviços auxiliares capacitados a produzir peças de reposição. Seu escritório comercial funcionava na rua

---

<sup>3</sup> Os engenhos Centrais da região estavam passando por momentos difíceis, chegando até a falências. Porém com todos esses problemas, algumas usinas surgem, como a Usina Cinco Rios (1912-1987). Para a formação desta empresa foram doados equipamentos adquiridos dos engenhos centrais falidos, Engenho Sapucaia, Engenho Sincoris, Engenho Cassarangongo, Engenho Paramirim e Engenho Maracangalha.

<sup>4</sup> Bahia Illustrada (BA), ano de 1918. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=066940&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=355>

dos “Droguistas 32, na capital baiana, no Grande Armazem de Fazendas dos acreditados Srs. Lindopho Lellis & Companhia”<sup>5</sup>.

No ano de 1940, apresentava um corpo fabril de operários, técnicos de manutenções dos maquinários e transportes, além de atividades de escritório, tudo isso contando cerca de 1.000 funcionários. No tocante aos trabalhadores da lavoura, ou seja, os trabalhadores rurais da usina, esse setor empregava direta ou indiretamente em média de 2.000 pessoas para o cultivo e deslocamento da cana até a usina. No final do ano de 1950, para abrigar os funcionários, foi criada a vila operária para amparar os trabalhadores da fábrica e do campo, sendo construídas 400 casas no total. Os trabalhadores rurais, moravam em casas humildes, em sua maioria, localizada nas fazendas que pertencia a empresa. A pequena vila de Maracagalha, hoje distrito de São Sebastião do Passé, foi estruturada com casas de tijolos, distribuídas para os operários e suas famílias, escola primária, luz elétrica, paralelepípedos nas ruas principais, templo católico, abastecimento de água potável e cinema. Segundo Brito (2008, p. 81), ressalta que todos esses gastos eram sustentados pela usina e subsidiada pela *Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)*<sup>6</sup>.

A trajetória da Usina Cinco Rios e de seus trabalhadores ao longo dos anos moldou o pequeno distrito de Maracagalha e os arredores da então vila da São Francisco do Conde nas primeiras décadas do século XX. Grande parte dos maquinários vindos da Europa e EUA ainda se encontram no local, deteriorando-se sob a ação do tempo. Ao andarmos pela localidade é impossível não ouvir histórias de vidas entrelaçadas com histórias de trabalho de gerações de famílias ligadas as atividades açucareiras. Estão ali as lembranças de jornadas exaustivas, de deslocamentos, das variadas formas de associativismos, dos sambas de roda e capoeira, além da reestruturação nas relações de trabalho por meio da carteira assinada e das lutas por direitos.

### **Cotidiano, cultura e trabalho**

Segundo Silva Lara (1998, p.27), a historiografia do trabalho no Brasil excluiu em seus debates os trabalhadores escravizados. As ações majoritariamente organizadas pelos escravizados, livres e libertos não eram pautadas no quadro da economia escravista, excluindo os mesmos do processo produtivo do país enquanto trabalhadores. Segundo ela, sobretudo as últimas décadas do século XIX constituíram-se como marco cronológico que separou o conjunto de obras sobre escravidão daquelas sobre o “trabalho livre”, construindo entre esses dois um abismo. Essas narrativas também contribuíram para que a história política da República corroborasse com essa ausência e deixasse ainda mais distante os projetos de cidadania

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), surgiu através de uma comissão em defesa a proteção do açúcar, com o objetivo de controlar o labor da mercadoria no mercado brasileiro. O órgão foi criado em 1933, no governo de Getúlio Vargas. Instituição que fiscalizava com as ordens dos próprios usineiros, a política de preços, créditos e tudo que for direcionado ao produto.

daqueles egressos do cativo. A luta pela liberdade estava configurando neste contexto os capítulos iniciais do desenvolvimento de uma ação operária no Brasil (CASTELLUCI, p. 28).

As investigações acerca das relações e experiências de trabalho no período pós-abolição têm avançado nas últimas décadas, logo, ao analisar os depoimentos, percorremos também esse percurso teórico-metodológico importante, vislumbrando dentre outras coisas, as relações de trabalho na pós-abolição na região. Em consonância, a historiografia já a algum tempo vem apresentando interesse crescente pela memória coletiva e individual, justamente pensando na maneira como estas afetam as narrativas históricas, e conseqüentemente a forma como a história é lembrada, celebrada ou esquecida. As entrevistas que produzem as fontes para nossa investigação, seguem o rigor metodológico no qual o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos depoentes incorporando elementos ausentes de outras práticas históricas. (FERREIRA; AMADO, 2008, p.40).

Como bem explicou Edinélia Souza (2013, p.58), muitos dos egressos do cativo e seus descendentes foram constituindo em sua maioria, as funções de trabalhadores temporários, assalariados, artesãos, dentre outros trabalhos diretamente associados ao universo rural. Além disso, havia os que de alguma forma compraram pequenas propriedades e ali se estabeleceram para trabalharem como meeiros, parceiros de empreitada, obtendo parte de sua subsistência através das pequenas roças e o trabalho exercido nas fazendas da Usina Cinco Rios e na própria indústria. Alfredo Almeida (1996, p.52-60), também destaca tal aspecto fundamental referente às comunidades rurais, salientando que mesmo antes da abolição da escravatura alguns grupos já possuíam uma base econômica definida. Organização do espaço ocupado, sociabilidades entre os indivíduos que residiam nas comunidades e uma agricultura de subsistência para venderem e consumirem.

Ao longo das entrevistas realizadas com ex-trabalhadores centramos o olhar e o foco nas narrativas que conduziram suas memórias pela experiência do trabalho, entrelaçadas pelas formas de produzir, morar, viver em família, regras de comportamento, dentre outros aspectos. Nesse sentido, ao elaborar sua investigação, o pesquisador deve ficar atento a seleção de seus entrevistados, logo é preciso seguir algumas orientações básicas: a quantidade de entrevistados; escolher de acordo com a pesquisa as pessoas que serão entrevistadas; recorte geracional também é importante, nesse caso, recorreremos as pessoas entre 60 e 80 anos da região, e por fim, ter disponibilidade para ir até o depoente (ALBERTI, 2008, p. 169). Portanto, com base nas entrevistas cedidas pelos ex-trabalhadores e seus descendentes foi possível alcançar narrativas importantes, levando em consideração um olhar a partir da escala local, a fim de entender contextos mais amplos no processo de reestruturação das relações de trabalho desse mundo rural. Sobre esse regresso ao passado, os trabalhadores se emocionaram em narrar seus percursos de vida, as amizades construídas no período que trabalhavam na usina e a luta pela sobrevivência.

Nesse trajeto, o que se estabelece é um diálogo entre entrevistador e entrevistado, que comunicam-se entre si, foram entrevistas realizadas em grupo ou em encontros individuais, além disso, esses relatos foram gravados com a autorização dos depoentes e também poderão ser acessados futuramente, servindo como fontes para outros pesquisadores. Assinalando a relevância dessa metodologia:

A entrevista de História oral deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. Trata-se, pois, de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor. (ALBERTI, 2005, p. 169)

Além da habilidade de como se direcionar ao entrevistado, outro elemento essencial nesse percurso é interpretar a memória de um grupo, entendendo a ligação deste com a construção de sua identidade. É a consequência de uma tarefa de escolha do que é imprescindível e essencial com o sentimento de unidade, de perpetuidade e de ligação, ou seja, da própria identidade. Mas essa identidade é fluida, apresentando características novas, invariável e, assim, podemos dizer que, em torno dessas discussões, há diferentes memórias, de um grupo, um povoado ou uma nação importante, que, ao final, também são fundamentais para se entender esses mesmos grupos. Assim, mais do que falar de um conflito entre “memória oficial” e “memória subordinada” ou “dominada”, é necessário pensar que há uma diversidade de memórias em disputa, como assinala o sociólogo. (POLLACK, 1989, p. 03-15). De acordo com Souza (2013, p.56), as memórias dos depoentes são entendidas e interpretadas no momento da pesquisa como “redes que expressam vivências, ressignificam trajetórias, evidenciam histórias anônimas, anunciam experiências compartilhadas”.

Segundo Valdevino Paiva (1996, p.19), muitos ex-trabalhadores permaneceram em Maracangalha, alguns migraram para cidade de Candeias, São Francisco do Conde, para os bairros de Paramirim, Socorro, Coroado e o distrito do Monte Recôncavo após o fechamento definitivo da usina, que ocorreu em 1987. Porém, antes do encerramento da atividade na indústria açucareira moradores como, Maria Adelaide Santos Florentino (84), hoje aposentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Ribeiro de Almeida (77), aposentado pelo Instituto de Previdência Municipal (IPM), Maria das Graças de Santana de Ferreira (62), aposentada pelo (INSS), Gildete Miguel (61), funcionária pública da prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, José de Carlos Lima (62), aposentado (INSS), foram num bairro que estava se formando na cidade de São Francisco do Conde, o Coroado. A formação deste bairro se deu no final da década de 60, com a venda de loteamentos para trabalhadores rurais em sua maioria.

Esses trabalhadores passaram por momentos difíceis, uma jornada pela cidadania e sobrevivência, embora não façam menção direta as explorações enfrentadas nesse universo,

muitos ao lembrarem desse tempo, desviam os olhares e baixam as cabeças, pois, estamos tocando em um campo sensível: o da continuidade de um sistema de exploração pelo trabalho, fomentado pela indústria açucareira. No percurso das entrevistas realizadas, fomos conduzidos pelos depoentes aos antigos caminhos que os mesmos faziam para chegar até a usina, no distrito de Maracangalha. Foi interessante compartilhar além das memórias, toda uma cartografia da região, percebendo segundo as suas reminiscências, onde ficava o rio, a praça, o mercado, as casas de antigos chefes e funcionários, além de é claro, os campos e as ruínas da imponente usina. Todos esses caminhos sendo percorridos por identidades comuns, cujo fio condutor era o mundo do trabalho.

# USINA "CINCO RIOS"

Propriedade da Companhia "Usina Bom Jardim"  
**CAPITAL - 1.000:000\$000**  
DIVIDIDO EM ACÇÕES DE 500\$000 CADA UMA



As Usinas, com o actual incremento das lavouras, crescem de importancia no commercio mundial. Com o concurso destas, é que a vida se torna menos difficil, pois o papel da produçãõ do assucar, principalmente, é dos mais preponderantes na produçãõ nacional. A grande Usina "Cinco Rios", propriedade da Companhia "Usina Bom Jardim", situada no lugar denominado "Maracangalha", termo da Villa de São Francisco, na comarca de Santo Amaro, Bahia, vem superperando, elogiavelmente, os entraves que mais depauperam as classes menos abastadas, com a fartura de sua produçãõ. Tem uma capacidade para moagem de 400 toneladas de cannas diarias. Sua produçãõ, na ultima safra, attingiu 31770

saccos de assucar de 60 kilos e 1440 pipas de 800 litros de mel.

A Usina "Cinco Rios" foi incorporada á Companhia "Usina Bom Jardim" por seu ex-proprietario o Sr. Coronel João Baptista Machado, actual director-Caixa da Companhia, em 16 de março do anno de 1916. São seus dirigentes, hoje, os Srs. Coronel João Baptista Machado, e Manuel Duarte de Oliveira, senador estadual, duas organizações activissimas de empregadores, e que têm prestado relevantes serviços áquella Companhia, notadamente o ultimo, cuja acção se desenvolve com absoluta confiança nos destinos da Usina.

Ha tres locomotivas, proprias, que fa-

zem o transporte das cannas, e outros trabalhos, ainda, aperfegoadas pela rapidez e regularidade.

Estão, presentemente, a construir, nos terrenos da Companhia, para os trabalhos da Usina, uma linha de ferro na extensão de oito kilometros, no perimetro de suas plantações de cannas proprias e lavradores.

Possue a Companhia seis propriedades agricolas, destinadas a plantações de cannas, cereaes, e criação de gado.

Funciona o seu escritorio commercial, á Rua dos Droguistas 32, na capital bahiana, no Grande Armazem de Fazendas dos acreditados Srs. Lindolpho Lellis & Companhia.

Foi um momento que os trabalhadores rurais rememoraram suas trajetórias de vida no período que exerceram atividades na usina, lembraram dos administradores, tanto do campo como do interior da fábrica, acionando e compartilhando memórias. Recordaram do momento difícil que a usina enfrentara nas décadas de 1981/82, o que para muitos implicou na perda do emprego. Sobre esse dado, o memorialista Paiva (1996, p. 29), ex-trabalhador da usina ressaltou que em dezembro de 1981, próximo do natal, os trabalhadores não sabiam o que fazer, pois havia rumores que a empresa iria fechar. Naquele dia triste o povoado estava agitado, os funcionários buscavam por resposta, se a usina fecharia ou não, porém, os gerentes não falavam nada sobre o assunto e, a imprensa de Salvador estava no local para dar a notícia em primeira mão. Ainda nessa recordação, dona Ilda dos Santos descreve que o gerente administrativo da firma, conhecido como Sr. Mundinho, ao não repassar tais informações, estava cumprido ordens dos usineiros, nesse ensejo, a ex-trabalhadora relembrou parte de seu cotidiano na fábrica:

Trabalhei muito tempo na usina, não sei dizer quanto tempo, mais trabalhei bastante. Trabalhava no campo, plantando, adubando, limpando. E, depois que sai daqui fui trabalhar na usina Aliança que pertencia aqui também. Eu só trabalhava no campo. O trabalho era o dia todo, a gente pegava cinco, seis, dependendo da hora que a gente chegava. Aí trabalhava até quatro e cinco. Eu recebia meu dinheiro quinzenal. Morava aqui mesmo na fazenda que pertencia a usina, na época que eu trabalhei, quem comandava era o chefe, dois administradores Juacir e depois passou a ser Dr. Hugo, antes era seu Dudu, Lucio e Milton que trabalhava no campo. A lida era trabalhosa mais eu gostava, porque trabalho nenhum braçal é leve. Agora a gente gostava porque era única ocupação que a gente achava aqui e a gente já podia contar com o nosso dinheiro<sup>7</sup>.

Nessa mesma direção, Maria Adelaide Florentino, Renato Ribeiro, Maria Santos e Aurino Alves dos Santos, relataram que limpavam cana, cortavam, adubavam, plantavam e abriam valetas, carregavam as canas até a locomotiva pertencente a fábrica ou até os animais que faziam o deslocamento da cana até a usina. Para esses trabalhadores o pior era “*morrer de fome*” como mencionaram algumas vezes em seus depoimentos. Alguns também lembraram dos castigos que eram impostos aqueles que arriscassem chupar a cana das propriedades, correndo o risco de terem “os dentes arrancados”. Valdevino Paiva no capítulo *Açúcar doce... Trabalho Amargo*, descreveu também como era o trabalho árduo de alguns homens que transportavam lenhas e bagaço de cana até a fornalha:

A labuta na usina era insana e penosa. Os homens do chamado “pau-da-lenha” (condutores de lenha para a boca da caldeira, em banguês ou carrinhos-de-mão) davam graças a Deus quando tudo estava normal, pois, se a usina parasse; eles eram divididos em dois grupos, um- para o transporte de lenha, outro- para o “couro”, trabalho que

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por dona Ilda Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

além de desagradável lembrava os tempos dos engenhos do Brasil-Colônia. (PAIVA, 1996, p.96)

Alguns chefes da usina e do campo que supervisionam o trabalho dessas pessoas estão vivos na memória desses trabalhadores, eles relatavam a todo instante quem eram os administradores que inspecionavam o trabalho dentro da usina: “o Sr. Juraci, Sr. Mundinho e Sr. Claude, já a parte do campo era Sr. Dudu, Lúcio, Milton e Hugo”<sup>8</sup>. Tais pessoas citadas eram responsáveis pelo andamento e supervisão do trabalho.

Muitos ex-trabalhadores remanescentes da usina ainda residem em Maracangalha, embora tivessem vindo de diferentes regiões como: “Salvador, Teodoro Sampaio, Cruz das Almas e entre outros lugares”, como expôs Aurino Alves Santos, 65 anos<sup>9</sup>. A oferta de trabalho temporário era grande e já existia no quadro da usina funcionários de carteira assinada, porém, muitas pessoas de fora se fixaram nos entornos da usina, muitos destes casaram e constituíram família, pois segundo eles, “não faltava emprego”. Sr. Aurino Alves dos Santos 65 anos, relatou os motivos que o impulsionaram a sair de sua cidade natal em busca de outro espaço para viver e trabalhar. Logo, a construção da vila operaria atraiu muitos trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais. Seguidamente, o corte de cana não exigia uma escolaridade e qualificação dos trabalhadores, eram atividades de natureza braçal, que exigiam fundamentalmente a aplicação e utilização da força física. Os trabalhadores se dividiam em diversas atividades no canavial, para o Sr. Aurino, ex-tratorista da usina, Maracangalha era atrativa, pois a cidade que ele morava, Teodoro Sampaio (BA), não oferecia uma boa qualidade de vida, sobretudo pela pouca oferta de trabalho:

Vim para Maracangalha através de uns colegas que já estava morando e trabalhando aqui, eles diziam que tinha emprego e era melhor do que ficar em Teodoro só na roça. Cheguei aqui anos de 1959, era moleque, tinha uns 10 anos, mas me lembro de tudo. Comecei trabalhando no canavial, fui me desenvolvendo no trabalho e me tornando um homem, fui aprendendo as coisas e virei tratorista. Derrubava terra, cortava cana, desmatava e fazia de tudo um pouco<sup>10</sup>.

Ainda de acordo com o relato de Sr. Aurino, ele se orgulha em dizer a função que foi aposentado pelo *Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)*: ex-tratorista da Usina Cinco Rios. Era e continua sendo músico nas poucas horas vagas do trabalho. O historiador João Reis explica que no cotidiano desses trabalhadores a música ocupava um papel importante, pois, em meio as tarefas realizadas em grupo, a música também servia como uma distração do serviço

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por dona Ilda Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Sr. Aurino Alves dos Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Sr. Aurino Alves dos Santos, realizada no mês de outubro de 2018.

pesado e, por sua vez auxiliava para recompor a força de homens e mulheres no campo (REIS, 2000, p. 216). Com 65 anos de idade, Sr. Aurino relembra que realizava outras funções como o deslocamento dos trabalhadores rurais em um pau de arara, apesar desse meio de transporte ser considerado irregular. Porém a empresa negligenciou esse fato.

Segundo Souza (2009, p.92), a agroindústria açucareira costumeiramente assinalou-se pelo predomínio da mão de obra masculina para exercer o trabalho nas vastas lavouras, principalmente no Recôncavo Baiano. Como afirma o autor, para executar as atividades braçais não era exigida muitas habilidades específicas desses trabalhadores, o que solicitava dos mesmos eram sua força física. Não podemos perder de vista que essas relações de trabalho nas usinas de açúcar do Recôncavo, pela sua própria historicidade enquanto um reduto escravista persistente, construiu por meio dessa lógica de exploração e precariedade desses trabalhadores, um espaço de constante reinvenção das relações de poder social e político de muitas famílias.

#### **As festas e as feiras na vila operária: lazer e resistência**

O perfil racial desses trabalhadores era em sua grande maioria negro/as, por meio de gerações de famílias desses operários que há muito habitavam antigas fazendas da região, nos entornos de São Francisco do Conde, Santo Amaro e São Sebastião do Passé, toma-se conhecimento dessa rotina laboral entre as décadas de 60 e 70. Alguns operários estabeleceram uma relação fixa de trabalho na empresa, estes em grande parte eram empregados internamente nos ofícios de cozinheiro, soldador, evaporador, motorista, carpinteiro, caldeireiro, pedreiro etc. Já uma outra parcela trabalhava de forma sazonal, nas épocas de corte da cana e transporte até a usina para a moagem. Ambas as atividades segundo relatos, eram penosas, pois a condução da lenha e da cana até a boca da caldeira e o olho atento do feitor nos trabalhos, “lembrava o tempo dos engenhos escravistas” (PAIVA, 1996, p. 96).

O cotidiano nos entornos da usina também era embalado ao som de sambas de roda cantados por trabalhadores, brigas de galo, rodas de capoeira, que de acordo com o que circula na memória local contava com a presença de Besouro: “homem temido na região por sua valentia e mandigas” (PAIVA, 1996, p. 67). O largo da capela de Nossa Senhora da Guia, próximo a usina, era o principal ponto onde concentrava pessoas de fazendas vizinhas. Outro aspecto essencial descrito pelos trabalhadores rurais durante os momentos das entrevistas foram as expressões culturais encontradas na comunidade, eles e elas a todo momento produziam formas de sociabilidades diversas nas fazendas pertencentes a usina e no povoado, provavelmente, uma das formas de resistência ao cotidiano de trabalho árduo.

Nesse sentido, o jornal *O Imparcial* do dia 26 de janeiro de 1935, em uma matéria intitulada “Em louvor de N. S. da Guia: As grandes festas de domingo no Arraial de Cinco Rios”<sup>11</sup>, o lugar era tido como o centro de atividades de uma considerável multidão operária. A grande festa era em louvor a Nossa Senhora da Guia, a igreja fora inaugurada no dia 28 de janeiro de 1933. A manifestação cultural era realizada aos domingos, com o patrocínio de Álvaro Martins Catharino, importante político baiano e diretor da usina na época. Os festejos de N. Senhora da Guia eram tido como “muito aguardados pelos moradores, que ornavam com entusiasmo as ruas da vila” e, não somente eram os moradores da localidade que acompanhavam a festa, segundo o jornal:

As 6:15 horas partindo da estação da Calçada um trem especial, nelle tomaram lugar, juntamente com a filarmônica “Recreio do Pilar” na estação “Almeida Brandão” algumas centenas de pessoas convidadas para o passeio. Operários, chefes e diretores de serviços de empresa, acompanhados de pessoas de suas famílias enchiam a composição do trem, compreendendo vários carros de passageiros. 10/12 horas chegavam os convidados á estação de Maracangalha, sendo recebidos pela massa popular que os aguardava, tendo a frente a banda local, caprichosamente uniformizada e executando trechos musicais do seu repertório<sup>12</sup>.

Além dos festejos, o momento também era para atuação política, segundo o jornal, havia homenagens ao então diretor da usina Álvaro Catharino, o periódico ressaltava a habilidade do empresário sobre a “harmonia” das relações que deveriam existir entre os dois fatores essenciais do progresso: Capital e Trabalho. Ainda sobre o diretor, o jornal ressaltava que este “sabe conduzir as massas operárias que se sentem bem sob o influxo da sua direção”<sup>13</sup>. E assim, os festejos iam até o entardecer, sendo encerrada minutos antes do trem especial a 4 horas da tarde “com uma farta distribuição de brinquedos ás crianças filhos dos empregados da usina”<sup>14</sup>. Essa ação realizada pelos acionistas da Usina Cinco Rios nos levou a compreender outros fatores embutido nessa ação de “caridade”.

Crucial remontar aqui a discussão realizada por Klauss Woortmann (2018, p. 5), sobre o sistema de fábrica e vila operária, vislumbrando a fixação e o controle sob os trabalhadores em diversos âmbitos de suas experiências, desde a produção aos momentos de lazer e sociabilidades. Momentos esses proporcionados pelos próprios empresários e noticiados como culminâncias de relações harmônicas, escamoteando o cotidiano de explorações vivenciadas pelos trabalhadores. Esse tempo dos festejos, da forma como aponta a descrição no periódico,

---

<sup>11</sup> O Imparcial (BA). Ano 1935. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720933&pesq=Usina%20Cinco%20Rios&pasta=ano%20193&pagfis=179>

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

seria o mesmo tempo de mais uma tarefa imposta ao trabalhador: a de socializar com o patrão, combinada a uma aparente harmonia. Como bem nos ensina E. P. Thompson (1998, p. 276), é fundamental problematizar o tempo que os sujeitos irão satisfazer os desejos da indústria e ao mesmo tempo administrar o “tempo livre”.

Nas memórias escritas sobre a Usina, identificamos outras nuances desses momentos de sociabilidades, com o passar dos anos e a permanência da tradição em homenagem a Nossa Senhora da Guia, ainda forte na vila. Segundo ele, blocos carnavalescos foram criados para animar os festejos, como os *Foliões do Afoxé*, criado por Lasdilau Bispo, residente na fazenda Quibaca, e possivelmente funcionário da usina. Por sua natureza, esses blocos eram iniciativas dos moradores e trabalhadores e tinham uma outra dinâmica associativa.

Outra festa que todos esperavam na vila, era o cortejo do *Lindroamor*<sup>15</sup>, havia mulheres vestidas de baianas, elas se maquiavam com papel de seda umedecido e usavam colares chamativos para compor o figurino. Ao decorrer da procissão pelas ruas do povoado as mulheres dançavam, cantavam e tinha o hábito de pedir *esmola* para os santos, eles eram representados no papelão ou em moldura de madeira. “Ô lindroamor! Divino Senhor! São Cosme, São Damião é um cravo, uma fulô! Agradeço sua esmola dada de bom coração. Alumeie seus caminhos São Cosme, São Damião!...” (PAIVA, 1996, p. 98). Eram cânticos que entoava a procissão nas ruas de Maracangalha. Ao passar pelas ruas da vila a roda de samba aumentava, Paiva sublinha que a animação mais vibrante era quando surgia a eximia sambadeira *Amália*, imortalizada pelos versos de Dorival Caymmi, a mesma também foi funcionária da usina, segundo os relatos de moradores. O som convidativo que saia das violas dos músicos atraía os funcionários da usina e outros apreciadores a participarem da festa.

Além da música e das festas, outro momento de lazer entre os trabalhadores era a feira livre que acontecia no entorno da usina aos sábados e especialmente no domingo, neste dia, a concentração de pessoas era grande, a dinâmica era intensa de comercialização dos mais variados produtos. Constituiu-se em um local que disponibilizava para os grupos que frequentavam, um ambiente de trocas importantes de ordem econômica e cultural, a feira simboliza uma experiência de sociabilidade entre as fazendas e povoados da região. Durante quinze dias de trabalho realizado na empresa os funcionários recebiam seus pagamentos dentro de um envelope, como salientou Maria Adelaide Santos Florentino<sup>16</sup>. Com a quantia em mãos,

---

<sup>15</sup> O movimento cultural teve sua origem nas festas religiosas. As mulheres que faziam parte do grupo tinham a tradição de pedir esmolas para os santos, como São Cosme e São Damião. Os Santos eram representados no papel em moldura de madeira ou em caixa de papelão enfeitadas com flores e fitas coloridas. A música e a dança organizados pelos (as) integrantes do *Lindoamor* tinham objetivo, atrair mais esmola para os santos.

<sup>16</sup> Entrevista concedida por dona Maria Adelaide Santos Florentino, realizada no mês de outubro de 2018.

eles se deslocavam para feira que acontecia no mercado da cidade para quitar as dívidas e adquirir produtos diversos.

Os trabalhadores da usina, como seu *Jerônimo* vendia jaca, melancia, banana, coco entre outras coisas. Com o dinheiro da comercialização das frutas seu *Jerônimo* pode comprar um sítio em Candeias para aumentar a produção das frutas. Além do sítio, esse comerciante tinha uma roça que cultivava mandioca, feijão e milho para serem vendidos aos domingos na feira de Maracangalha. Outro negociante importante na feira livre era o Sr. *José Barreto*, ele negociava *fumo-de-corda*. O memorialista Paiva ressalta que além das vendas de primeiras necessidades básicas, nos dias de feira livre, havia brigas por toda parte. “A cachaça inspirava para que os ânimos fossem mais acirrados. No boteco, as coisas ainda pior”. (PAIVA, 1996, p.77). Conferimos que as feiras tinham uma significativa importância dentro dessa comunidade, que atraía gente de muitos lugares como, “Candeias, Monte Recôncavo, Paramirim, a cidade de São Francisco do Conde e das fazendas vizinha da Usina Cinco Rios”, como afirma o depoente Renato Ribeiro de Almeida 77 anos<sup>17</sup>.

Como as feiras livres eram e até os dias atuais são importantes para as pessoas, ela foi identificada no periódico semanal, *O Regenerador* do ano de 1877, destacava o forte e diversificado comércio na cidade de Nasareth, região sul do recôncavo. A nota destacava os produtos e os preços que eram produzidos e comercializados nas lavouras do Recôncavo. Na manchete foram identificadas as variações de preços das mercadorias. O jornal apresentava em sua primeira página, a seguinte nota:

Feira – A feira de semana passada foi concorrida. Os preços dos gêneros vindos ao mercado foram estes: Aguardente 1\$500 a 1\$540 a canada, dita de cana 1\$200 a 1\$300, açúcar escorrido 1\$600 a 2\$000 arroba, dito rapadurado \$800 a 1\$200 café 5\$ a 6\$400 a dita, capados 6\$500 8\$ á dita, couros secos 7\$ a 8\$ a dita, ditos salgados de 3\$ a 4\$ um; farinha de 9\$ a 12\$ á carga, dita a retalho á 80 rs. o litro, fumo 2\$, a 5\$ arroba, milho 4\$ a 5\$ o alqueire me de 75\$ a 90\$ a pipa<sup>18</sup>.

As feiras semanais de Maracangalha reuniam, portanto, um número significativo de pessoas organizadas a comprar, vender ou simplesmente trocar suas mercadorias das roças de subsistência, sítios e das “indústrias”. Conforme Aguiar (1979, p.243) em seu trabalho, *Província da Bahia*, o autor faz uma descrição importante sobre o comércio do recôncavo. São identificados nessa obra a existência de pequenos centros urbanos na região designados à realização das feiras semanais. Ele é enfático ao afirmar que o comércio local era minúsculo, entretanto, bem

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Sr. Renato Ribeiro de Almeida, realizada no mês de fevereiro de 2020

<sup>18</sup> O Regenerador (BA). Ano 1877. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=703915&pasta=ano%20187&pesq=feira&pagfis=1>

extrovertido pela feira que era realizada principalmente aos domingos, onde se aglomerava um número expressivo de pessoas. Os comerciantes estavam expondo e mercantiando suas mercadorias, atraindo clientelas diversificadas.

Importante atentar que as feiras livres serviam também para conter o dinheiro na região, mantendo o capital em circulação local e muitas vezes nas mãos dos próprios empresários, uma vez que os periódicos locais realizavam uma divulgação censitárias das feiras e a circulação de produtos. Embora não tenhamos elementos concretos a partir das memórias dos ex-trabalhadores para esmiunçar essa dinâmica que também se atrelava ao universo operário de Cinco Rios, podemos supor que algumas estratégias de dominação mesmo surdas ou invisíveis residiam ali.

### **As relações de gênero e o mundo do trabalho na Usina Cinco Rios**

A historiadora Gláucia Fraccaro (2018, p.30), destacou em seu estudo sobre o direito das mulheres trabalhadoras nas primeiras décadas do século XX, que entre os anos de 1917 e 1937 a classe trabalhadora brasileira ainda era majoritariamente rural, porém o processo de industrialização por sua vez, passou a absorver cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras rurais nas cidades, somados a instrução pública e o ensino profissionalizante, acarretando em transformações. No entanto, os postos mais qualificados continuavam sendo ocupados por homens, enquanto as mulheres tanto no âmbito rural como urbano, dividiam as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, assim como com o restante das atividades. Na experiência das mulheres trabalhadoras rurais que ingressaram nos campos da usina Cinco Rios, as rotinas de trabalho duro e as contingências domésticas andavam sempre lado a lado. Assim, pensar a categoria de gênero presente na experiência dessas mulheres no contexto rural, nos fornece elementos que ajuda a entender as complexidades e a precariedade dessa categoria na história do trabalho.

A trajetória de vida de dona Maria Adelaide, 84 anos, nos ajuda a entender as dinâmicas e as experiências em comum de mulheres trabalhadoras nas áreas rurais da região. Sendo assim, Adelaide como gosta de ser chamada, inicia seu relato dizendo que ficou viúva aos 43 anos, já era mãe de 08 filhos, dentre esses filhos, seis eram menores de idade. Em seu depoimento, disse que após o falecimento do marido, ela ainda se encontrava com mais um *filho na barriga*. Seu marido, Matias Florentino, 48 anos, faleceu em decorrência de um resfriado, como lembrou Adelaide:

Ele trabalhava no sol quente, na chuva, não tinha dia ruim, ele tinha que trabalhar para sustentar a família. Com um certo tempo fui notando que ele estava muito cansado e não era o mesmo, começou a tossir,

tossir...até que um dia meu marido nos deixou. Há como eu amava, ele foi o homem da minha vida!<sup>19</sup>

A maioria das mulheres que trabalhavam no canavial, não tinham muita opção, a não ser levar os filhos para trabalho. Dessa forma, muitas dessas crianças deveriam somar enquanto trabalhadores, junto aos pais no plantio e adubo de canas. Os mais novos ficavam em casa sobre a responsabilidade de Eulina Santos Florentino, que neste período tinha apenas 08 anos, uma responsabilidade de tomar conta dos 03 irmãos mais novos do que ela. A introdução precoce da força de trabalho infantil nos quadros da Usina, revela mais uma nuance da exploração sistemática e geracional desses trabalhadores.

Ainda sobre esse momento de sua vida, Adelaide ressaltou:

Sinto muita falta do meu marido, não posso deixar de trabalhar para cuidar dos meus filhos. O trabalho no campo é duro, mas é dali que tiramos o nosso sustento. E ainda tem isso, nós mulheres não podemos entrar na usina, lá só é lugar para homens, nada de mulher. As pessoas que trabalham no campo não entram na usina, só os trabalhadores de lá mesmo<sup>20</sup>.

Além das dinâmicas subjetivas, por meio do relato de Adelaide, observamos na narrativa que havia uma desigualdade de gênero na organização da usina. A mesma percepção foi compartilhada por D. Ilda Santos: “Não lembro de ver as mulheres trabalhando na usina, via algumas mulheres trabalhando no campo, como eu”<sup>21</sup>. Adelaide estudou até o primário, tinha curso de datilografia, também era costureira e ensinava alguns meninos e meninas a ler. No dia do pagamento, ela assinava para aqueles que não sabiam ler e escrever, pois, se não assinassem, não recebiam o dinheiro, sobre isso ela nos relatou:

Alguns amigos cobrava para assinar o nome de quem não sabia ler, eu não, sempre gostei de assinar para eles, porque de um jeito ou de outro aquelas pessoas me ajudavam. Quando não tinha nada em casa, era meus vizinhos que me ajudava, porque iria cobrar por uma assinatura? Na falta da farinha, um café era eles que me valia! Não cobrei mesmo<sup>22</sup>.

Ao longo da história as mulheres assumiram um papel “natural” de cuidar da família, enquanto os homens encarregavam-se do sustento financeiro, ou seja, o provedor. Tal

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida por dona Maria Adelaide Santos Florentino, realizada no mês de outubro de 2018.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por dona Ilda Santos, realizada no mês de outubro de 2018

<sup>22</sup> Entrevista concedida por dona Maria Adelaide Santos Florentino, realizada no mês de outubro de 2018.

concepção já bastante desconstruída pelos estudos de gênero, ainda encontra coró em algumas esferas, fortalece os debates sobre papéis sociais e conseqüentemente estrutura as relações desiguais de trabalho. Retornando para o caso das mulheres que trabalhavam na usina Cinco Rios, percebe-se que a empresa estruturava as funções também perpassando o recorte de gênero, embora as supostas habilidades “compatíveis” fossem estruturadas pelo sexo, ou seja, funções destinadas à homens e mulheres, orientadas pelo julgamento moral, físico e intelectual. Mesmo que o trabalho nos campos não fosse leve e, isso também já ressalta uma peculiaridade para as mulheres do campo e destaca a pluralidade latente no “ser mulher”, as depoentes descreveram o esforço braçal e o manejo com ferramentas pesadas, como enxadas, facões, dentre outros instrumentos na lida do campo, porém, as mulheres casadas só trabalhavam no campo sob a supervisão e autorização do marido<sup>23</sup>.

Nesse contexto, ficava evidente as experiências de trabalho e as nuances de gênero, na organização laboral da usina, vivenciadas por essas mulheres. Essas experiências também foram encontradas nas memórias descritas pelo livro *Maracangalha: Torrão de Açúcar Talhão de Massapé*, quando o autor destaca acerca do papel da mulher nessa comunidade, trazendo o exemplo de Mãe Sinhá, uma moça solteira que trabalhava no canavial da usina amarrando olhos de cana e, que ao se casar com Domingos, também funcionário da usina teve que deixar o campo para ir cuidar do lar:

Casado no padre, todos os amores com a Mãe Sinhá, Dominginhos sentia-se feliz e totalmente realizado: mulher boa dona-de-casa e filho com promessa de trabalho na usina. Já não carreava e Mãe Sinhá não amarrava olhos de cana, no eito. Tornara-se uma pessoa de confiança da administração e lhe fora dado o cargo de “vigia de tabuleiro”. Por outro lado, Mãe Sinhá dera um presente de casamento: a alforria dos trabalhos na lavoura canavieira. Seria só dona-de-casa e das boas (PAIVA, 1996, p.76).

A história de vida de Maria Adelaide Santos Florentino, é similar à de muitas mulheres em comunidades rurais como Maracangalha. Tradicionalmente os estudos de gênero e estudos do trabalho apontam ainda desigualdades latentes no que se refere nos ganhos salariais e na jornada de trabalho existentes para homens e mulheres. Segundo Camila Daniel (2011, p. 324), o trabalho se configura como um âmbito da vida social, onde há trocas de experiências e sociabilidades compartilhadas nas esferas públicas e privadas pelos indivíduos. A autora evidenciou em seu estudo “*O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho*”, as divisões sexuais do trabalho são atreladas as condições físicas e, nessas perspectivas são relacionadas atividades para serem exercidas por homens e atribuições

---

<sup>23</sup> Maria das graças de Santana de Ferreira relatou que a mãe, dona Maria de Santana, só trabalhava no canavial com a supervisão do pai e, tinha que ter um filho do lado para olhar o que a Maria iria fazer. O pai mandava um filho de sua confiança supervisionar a mãe.

para serem realizadas exclusivamente por mulheres. “No cotidiano do espaço profissional, as mulheres estão sujeitas comentários que sutilmente marcam as diferenças entre homens e mulheres, lembrando-as constantemente que elas não são como eles”. (DANIEL, 2011, p. 336)

Assim, são construídas dessa maneira em nossa sociedade patriarcal tais relações, que incentivam e estimulam o fortalecimento dessa ideia. O trabalho árduo, apenas só pode ser realizado pelo sexo masculino e, as atividades mais “leves” deverão ser cumpridas por mulheres, assim como a reprodução. Para a administração da Usina Cinco Rios, o trabalho dos homens valia mais do que os serviços prestados pelas mulheres, conforme os relatos das depoentes. Logo, compreende-se que essa “legitimidade” se manifesta não apenas em distinções salariais, mas também em diferenças sociais.

Esses estereótipos são postos de lado quando nos deparamos com as histórias das depoentes, ex-trabalhadoras da Usina Cinco Rios. Essas mulheres para terem o salário, deveriam trabalhar por produção, ou seja, tentar cumprir a meta estipulada pelo chefe de campo, um funcionário responsável para supervisionar o trabalho nos canais da empresa. A reprodução das famílias também era estimulada, inclusive para aquisição de moradia, não tão diferente de outras ordens produtivas em escala global, a família constituída nesses espaços, era mais uma chave de compreensão da exploração sistemática desses trabalhadores.

### **Sobra a moral imposta e os sentidos do trabalho nessas comunidades...**

#### **Inquietações finais**

Nesse artigo, analisamos as trajetórias de alguns personagens que fizeram parte da história da Usina Cinco Rios e do pequeno distrito de Maracangalha. Por meio da metodologia da história oral, buscamos os percursos que esses agentes sociais construíram entre campos e máquinas. Os protagonistas aqui presentes, embora não tivessem participado diretamente de levantes e sindicatos, alguns nem participaram de greves, revelam os limites do que muito tempo se concebeu como classe trabalhadora, contribuindo com o entendimento de que essa categoria vai muito além de organizações institucionais. Portanto, através dos seus relatos, busca-se uma compreensão do passado, que dialoga com o presente, conduzido a uma crescente revalorização das biografias e das vivências individuais para pensar questões históricas dessa categoria.

Diante disso, as fontes orais abrem novas possibilidades de olhar o passado através da memória individual, enfatizando a representatividade de cada caso particular que ilumina seu contexto específico. Nesse texto que é parte de uma pesquisa em andamento, buscamos entender por meio da Usina Cinco Rios, os movimentos, destinos e as sociabilidades feitas e refeitas por meio dos processos de inserção social de famílias e grupos negros nas regiões açucareiras do recôncavo baiano, especificamente em regiões que dialogam com o município de

São Francisco do Conde. O grande elemento unificador desse passado e presente no cotidiano desses trabalhadores são os momentos de trabalhos coletivos, as composições familiares, além da constante luta pela sobrevivência e exercício de uma cidadania incompleta.

Pegando esse gancho, as memórias expostas por esses trabalhadores ainda são desconcertantes. Analisando esse contexto sob a ótica de uma longa duração, esses passados presentes das duras jornadas de trabalho em muito ainda se aproximam das experiências reatualizadas do cativo. No entanto, há uma valorização do salário e da permanente oferta de trabalho nesses espaços, mesmo com a extrema precarização. Afinal, quais os sentidos que a identidade laboral ocupa e forma a longo prazo uma moral compartilhada entre esses trabalhadores? Acreditamos que essas questões são imprescindíveis para entender como essas comunidades se reestruturaram no pós-abolição.

Nesse sentido, pensar as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras permite-nos refletir sobre as identidades construídas nos mundos do trabalho como reelaborações para compreender as experiências rurais negras – homens e mulheres - na história da região. Já existem estudos que buscam aprofundar a trajetória e cotidiano de trabalhadores de outras usinas do Recôncavo, mas ainda é necessário um esforço historiográfico maior para cobrir a sua atuação e representação em outras partes do território do recôncavo, como São Sebastião do Passé e São Francisco do Conde.

## Referências

- AGUIAR, Durval Vieira de. **Província da Bahia. 4a ed. Rio de Janeiro.** IN L, Brasília Livraria Editora Cátedra, 1979.
- ALBERTI, Verena. (2008). **Narrativas na história oral.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (22: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB.
- ALENCAR, Leidy Anne dos Santos. **Os Caminhos Da Equidade: Um Olhar Sobre Os Determinantes Sociais Da Saúde Da Mulher No Município De São Francisco Do Conde – Ba.** 2013. p 70-73. Graduação UFRB. Cachoeira-BA.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades.** In: Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- AMORIM, Liane Alves. **Memórias e Trajetórias de trabalhadores da cana de açúcar na Bahia (1909-1969).** Dissertação de Mestrado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- BARRETO, Virginia Queiroz. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no recôncavo sul da Bahia (1850-1888).** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-graduação em História Social, 2016.
- BARICKMAN, B.J. **ATÉ A VÉSPERA: O TRABALHO ESCRAVO E A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NOS ENGENHOS DO RECÔNCAVO BAIANO (1850-1881).** Afro-Ásia, Salvador, n 21-22, pág. 177-238. 1998.
- BARICHMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BRITO, Cristóvão. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- CASTELLUCI, Aldrin Armstrong Silva; SOUZA, Robério Santos. **Os trabalhadores negros na História Social do trabalho no Brasil: o longo século XIX**. In: XAVIER, Giovana (org.). Histórias da Escravidão e do Pós-abolição para as escolas. Cruz das Almas: EDURFB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 197-214.
- CUNHA, Joaci de Souza. **Amargo Açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)**. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- DANIEL, Camila. **O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho**. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26, p. 323 – 344, 2011.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937)**. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2018, vol.31, n.63, pp.7-26. <https://doi.org/10.12957/est.hist.2018.47101>.
- \_\_\_\_\_. **O direito das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Pp. 21-34.
- FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- LARA, Silva Hunold. **ESCRavidÃO, CIDADANIA E HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL**. Projeto História, vol. 16, fev. 1998, p. 25-38.
- LOPES, José Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PAIVA, Valdivino Neves. Maracangalha: **Torrão de Açúcar Talhão de Massapé**. São Sebastião do Passé. 1996.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. **Notícia histórica de São Francisco do Conde**. Salvador: Estudos Baianos/UFBA, 1976.
- PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo**. São Paulo: Nacional, 1982. (Original de 1946).
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- REIS, João José. **De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição**, Revista Afro-Ásia, núm. 24, 2000. Universidade Federal da Bahia. Bahia, Brasil.
- SCHWARCZ, Lília M; GOMES, Flávio. **Dicionário de Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOARES, Cecília Moreira. **AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX**. 1996. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. **Tensões nas usinas de açúcar do Recôncavo: greve de 1946 e as disputas trabalhistas no intervalo democrático (1945-1964)**. 11. ed. Uberlândia: Artcultura, 2009.
- SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **História oral, memória e campesinato negro/mestiços na Bahia pós-abolição**. v. 16, n.2, p.55-71.2013
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.267-463.
- WOORTMANN, K. (2018). **Casa e família operária**. Anuário Antropológico, 5(1), 119-150. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139>

Artigo recebido em 02/08/2020 e  
aprovado para publicação em 23/09/2020.